



COOPERALIANÇA
Energia para o Desenvolvimento

**RELATÓRIO
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO
2015**



ÍNDICE

CARTA DO PRESIDENTE	5	4.4	Loteamentos Melhorias	19
1 CONJUNTURA ECONÔMICA	6	4.5	Alimentadores de Distribuição de Energia Elétrica.....	19
1.1 Tarifas de Energia	6	4.6	Vistorias nas Unidades Consumidoras	19
1.2 Investimento Remunerável	6	4.7	Iluminação Pública	19
2 DESEMPENHO OPERACIONAL	7	4.8	Plantão 24 horas.	19
2.1 Distribuição de energia elétrica.....	7	4.9	Análise de Projetos Elétricos.....	19
2.2 Ligações de Consumidores.....	7	4.10	Balanco Energético - Janeiro/2015 a Dezembro/2015.....	20
2.3 Distribuição direta por classe de consumo	7	4.11	Conclusão:.....	20
2.4 Receita	8	5	PLANEJAMENTOS DE ATIVIDADES – 2016.	21
2.5 Tarifas	10	5.1	Suprimento de Energia.....	21
2.6 Qualidade do fornecimento.....	10	5.1.1	Içara - Sistema de Distribuição de Energia Elétrica	21
2.7 Tecnologia da informação.....	10	5.2	Planejamentos de Obras dos Alimentadores.	21
2.8 Novos negócios.....	11	5.3	Planejamento: Rede Baixa Tensão.....	21
2.9 Desempenho econômico-financeiro	11	5.4	Aquisição de Equipamentos.....	22
2.10 Investimentos	11	6	AUDITORES INDEPENDENTES.....	23
2.11 Valor adicionado	12	7	AGRADECIMENTOS	24
2.12 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras	12	Balanco Patrimonial - Ativo.....	25	
2.13 Composição das quotas do capital social	12	Balanco Patrimonial - Passivo.....	26	
2.14 Comportamento do preço das quotas... 12		Demonstração do resultado.....	27	
2.15 Atendimento aos associados e consumidores.....	13	Demonstração do Resultado	28	
3 GESTÃO	14	Demonstração do resultado Abrangente.....	29	
3.1 Planejamento Empresarial	14	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	30	
3.2 Recursos Humanos.....	14	Demonstração do Fluxo de Caixa.....	31	
3.3 Responsabilidade Social.....	14	Demonstração do Valor Adicionado DVA.....	32	
3.4 Responsabilidade Ambiental.....	14	1 CONTEXTO OPERACIONAL	33	
3.5 Concessionária em números	14	2 DA CONCESSÃO	33	
3.5.1 Atendimento	14	3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	33	
3.5.2 Mercado	15	4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	34	
3.5.3 Dados Operacionais	15	5 DISPONIBILIDADES.....	38	
3.5.4 Dados Financeiros	15			
3.5.5 Indicadores de Desempenho.....	15			
3.6 Área de concessão	16			
4 – Desempenhos Comerciais.....	17			
4.1 Construções de Redes.....	17			
4.2 Serviços Executados – Instalações de Transformadores.....	18			
4.3 Subestação Rincão	19			

5.1	Numerário em Trânsito	39	30	CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS SOBRE FATURAMENTO.....	53
6	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	39	31	PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	53
7	CONSUMIDORES	39	32	DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	54
8	RENDAS A RECEBER	40	33	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	55
9	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR.....	41	33.1	Capital social	55
10	OUTROS CRÉDITOS	41	33.2	Reservas de capital.....	55
11	DOAÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES.....	42	33.3	Ajuste de avaliação patrimonial.....	55
12	PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	42	33.4	Reserva de sobras	56
13	ESTOQUE	43	34	RECEITA OPERACIONAL.....	57
14	SERVIÇOS EM CURSO	43	34.1	Fornecimento energia elétrica.....	57
15	DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	43	34.2	Uso do sistema de distribuição	57
16	CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CUSTOS DA PARCELA A	43	34.3	Receita de construção.....	57
17	DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	43	34.4	Arrendamentos e aluguéis	58
18	INVESTIMENTOS.....	44	34.5	Doações, contribuições e subvenções.	58
19	IMOBILIZADO	44	34.6	Serviço e outras receitas	58
19.1	Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.....	49	35	DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	58
20	FORNECEDORES.....	50	35.1	Impostos	58
21	FOLHA DE PAGAMENTO	50	35.2	Encargos do Consumidor.....	58
22	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.	50	36	ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA.	59
23	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	51	37	ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO	59
24	CREDORES DIVERSOS	52	38	DESPESAS OPERACIONAIS	59
25	CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CUSTOS DA PARCELA A	52	39	RESULTADO FINANCEIRO	60
26	OBRIGAÇÕES ESTIMADAS	52	40	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	60
27	ENCARGOS DO CONSUMIDOR	52	41	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	61
28	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	53	42	PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS.....	61
29	OUTRAS CONTAS A PAGAR	53	43	TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS	61
			44	SEGUROS	61
			45	UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA (*)	62
			46	EVENTOS SUBSEQUENTES	62

SENHORES ASSOCIADOS,

Cumprindo a legislação e o estatuto social, a administração da Cooperaliança apresenta o relatório das principais atividades do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Ainda, as Demonstrações do fluxo de caixa, e Demonstração do Valor Adicionado – DVA, na intenção de divulgar o desempenho da Cooperativa Aliança para os associados, consumidores, e sociedade em geral. A Ata da Assembleia Geral Ordinária, que aprova as informações contábeis referentes ao exercício de 2015 também é parte integrante deste relatório.

Todos os dados acima citados compõem um único relatório e este também está exposto em nossa página na rede mundial de computadores, através do endereço www.cooperalianca.com.br. É a forma que encontramos de facilitar o acesso de todos os nossos associados e consumidores às informações, viabilizando a transparência e fortalecendo os vínculos de responsabilidade social e ética com o nosso público alvo.

CARTA DO PRESIDENTE

Caro associado,

Já sabemos que a energia elétrica é fundamental para o desenvolvimento. A nossa história, e a história da humanidade, enfim, nos declara dependentes da eletricidade. A comodidade de tê-la em nosso alcance é tanta que às vezes até esquecemos, e quando ela falta... se ela falta por algum motivo é que nos damos conta do quanto essa relação é extrema.

Dizer que a energia faz girar a roda do desenvolvimento já se tornou um clichê. Mas, não podemos ver de outra forma. Ela está nas indústrias, que produzem, que empregam, que distribuem matéria prima pra outras indústrias, que produzem, que empregam, que geram renda, que enriquecem o município, o Estado, o País, e nos colocam par a par com outros países.

Essa energia que move a economia move também nossos lares, gera satisfação e conforto em nossas famílias. É eletrizante poder chegar em casa, ao calor do verão, e encontrar água fresca na geladeira, um vento soprando pelo ventilador, luzes acesas ao anoitecer, e um noticiário para ficar bem informado. Coisas do nosso cotidiano. Coisas que a energia proporciona.

Nós da Cooperaliança trabalhamos com energia: a que move motores, e principalmente, a que nos move. Trabalhamos distribuindo energia elétrica de qualidade dando o melhor de nós porque sabemos o quão importante é um trabalho desempenhado com zelo, ética, transparência, e qualidade. Somos uma concessionária de distribuição de energia elétrica, mas, acima de tudo, somos uma cooperativa, e cooperamos com a nossa energia.

1 CONJUNTURA ECONÔMICA

1.1 Tarifas de Energia

As Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica foram reajustadas de acordo com o processo de IRT (Índice de Reajuste Tarifário), do ano de 2015. O resultado desse reajuste chegou a um índice com efeito médio para o consumidor de 31,87% sobre as tarifas praticadas pela empresa, e terá período vigente de 14 de agosto de 2015 a 13 de agosto de 2016. A oficialização deste índice se deu através da publicação da Resolução Homologatória nº 1.931, de 11 de agosto de 2015, e nota técnica nº 201/2015 – SGT/ANEEL.

1.2 Investimento Remunerável

A base de remuneração é constituída pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, e Almoxarifado de Operação. Deduzidas as obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica (obrigação especial), resultam no investimento remunerável diminuído da cota de depreciação que compõe a parcela “B” da receita requerida pela concessionária, demonstrada em nota explicativa.

A natureza jurídica da cooperativa, sustentada em legislação própria (Lei 5.764/71), determina que a sociedade não possua fins lucrativos.

*Capítulo II
Das Sociedades Cooperativas.*

Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, sem objetivo de lucro.

2 DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1 Distribuição de energia elétrica

A Cooperativa Aliança distribui energia elétrica em quatro dos 295 municípios do Estado, atendendo 35.536 consumidores cativos e dois consumidores parcialmente livre instalados em sua área de concessão no Estado de Santa Catarina.

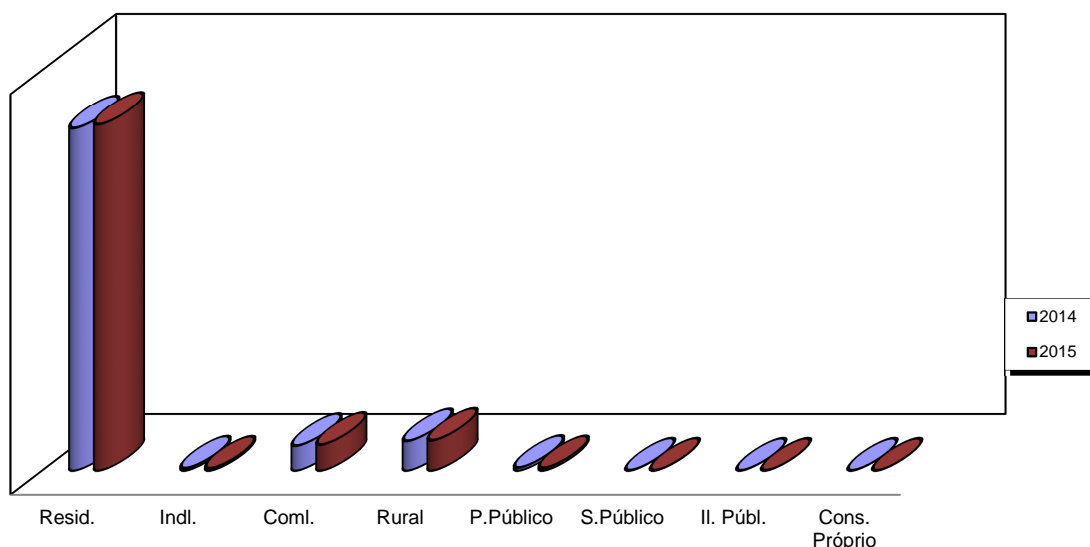
Em 2015, a Cooperaliança registrou um crescimento de 1,24% em seu número de consumidores, e uma redução na distribuição de energia elétrica em MWH de (10,58%).

2.2 Ligações de Consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2015 apresentou um crescimento de 1,24% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de consumidores			
Classe	2015	2014	%
Residencial	30.263	29.941	1,08
Industrial	182	193	(5,70)
Comercial	2.241	2.145	4,48
Rural	2.612	2.560	2,03
Poder Público	213	245	(13,06)
Iluminação Pública	04	04	-
Serviço Público	14	15	(6,67)
Consumo Próprio	07	07	-
TOTAL	35.536	35.110	1,24

Crescimento de Mercado



2.3 Distribuição direta por classe de consumo

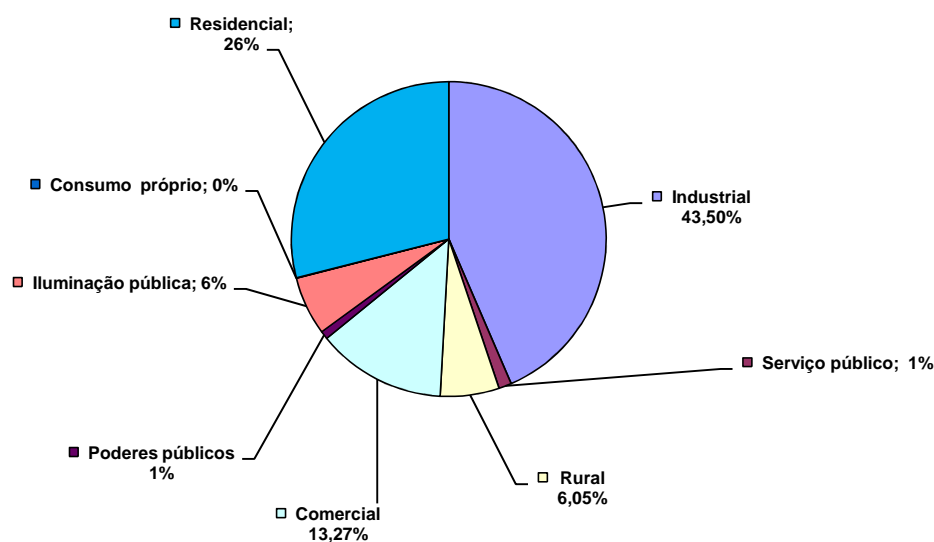
O consumo de energia elétrica, no mercado cativo na área de atuação da concessionária, em 2015 foi de 179.836 MWH registrando uma queda no mercado da concessionária de (10,58%) em relação a 2014.

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram as classes Rural, Industrial, e Serviços Públicos.

Abaixo estão expostos os resultados de consumo e sua avaliação no período:

Classe	2015	2014	%
Residencial	52.068	55.279	(5,81)
Industrial	78.230	93.025	(15,90)
Comercial	23.860	24.345	(1,99)
Rural	10.872	12.958	(16,10)
Poderes Públicos	1.517	1.577	(3,80)
Serviços Públicos	2.373	2.741	(13,43)
Iluminação Pública	10.819	11.039	(1,99)
Consumo Próprio	97	145	(33,10)
TOTAL	179.836	201.109	(10,58)

CONSUMO POR CLASSE

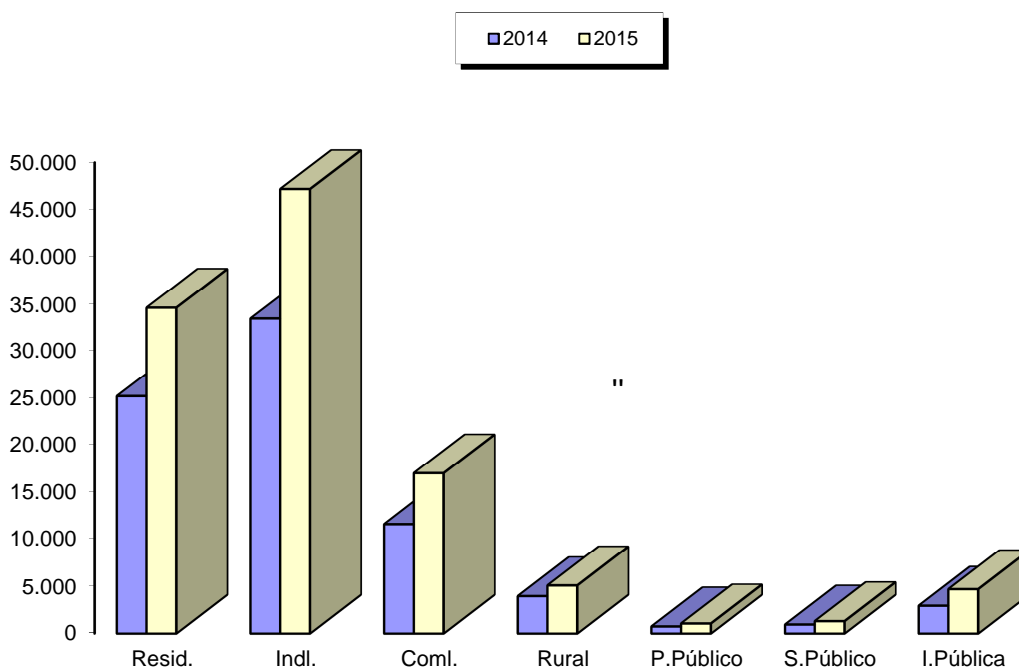


2.4 Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 70.001 milhões conforme o quadro a seguir:

Classe	Receita Líquida em R\$ mil		
	2015	2014	%
Residencial	34.591	25.154	37,52
Industrial	47.192	33.441	41,12
Comercial	16.930	11.546	46,63
Rural	5.072	3.947	28,50
Poderes Públicos	1.062	748	41,98
Iluminação Pública	4.678	2.935	59,39
Serviço Público	1.308	950	37,68
Consumo próprio	-	-	-
Provisão redução da tarifa - TUSD	119	210	(43,33)
Ultrapassagem de demanda e reativos	(472)	(312)	51,28
Renda não faturada	647	617	4,86
Sub-Total	111.127	79.236	40,25
Serviços	278	1.194	(76,72)
Arrendamentos e aluguéis	-	605	(100,00)
Doações, Contribuições e Subvenções	4.946	4.463	10,82
Receita de construção	-	4.959	(100,00)
Sub-total	116.351	90.457	28,63
ICMS	(24.441)	(17.330)	41,03
PIS/COFINS	(663)	(491)	35,03
ISSQN	(17)	-	100,00
Encargos do consumidor RGR/CCC/CDE/P&D/PEE	(21.229)	(1.423)	1,392
TOTAL	70.001	71.213	(1,70)

RECEITA LÍQUIDA



2.5 Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica da Cooperativa Aliança, em dezembro de 2015, foi de R\$ 475,87 por MWH.

Classe	Tarifa média de fornecimento	
	2015	2014
	R\$/MWH	R\$/MWH
Residencial	556,35	378,86
Industrial	438,19	266,04
Comercial	533,63	356,11
Rural	388,16	251,18
Poder Público	569,87	386,81
Serviço Público	413,41	259,99
Iluminação Pública	324,25	236,52
Consumo Próprio	253,14	163,59
MÉDIA	475,87	304,13

2.6 Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor).

Ano	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Município	DEC (horas)	DEC (horas)	FEC (interrupções)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)	Tempo de espera (horas)
Içara	5,06	6,46	4,30	4,03	0,19	0,68

2.7 Tecnologia da informação

O desenvolvimento das áreas de negócios de uma concessionária de energia depende, substancialmente, de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, o qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a concessionária faz mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica), e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

No ano de 2015, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram:

- Aquisição de três microcomputadores para substituição dos mais obsoletos.
- Início da implantação do sistema EFI (leitura e entrega de faturas instantâneas).
- Substituição de computadores por DVR para o sistema de monitoramento.
- Contrato com Google para armazenamento de BKP.
- Implantação do sistema Q2 – Qualidade
- Implantação do sistema SMS – Mensagem a consumidores
- Implantação do sistema indicadores

2.8 Novos negócios

A intenção da administração desta Cooperativa é continuar na busca pela excelência em distribuição de energia elétrica. Dar aos seus associados e consumidores uma energia com qualidade, e à região de sua área de concessão plenas condições de crescimento.

Em todas as suas atividades busca aumentar a capacidade de investimento e, ao mesmo tempo, oferecer aos seus consumidores alternativas de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica, notadamente nas áreas em que é possível obter sinergias operacionais, com os ativos ou com o acervo de conhecimentos da concessionária.

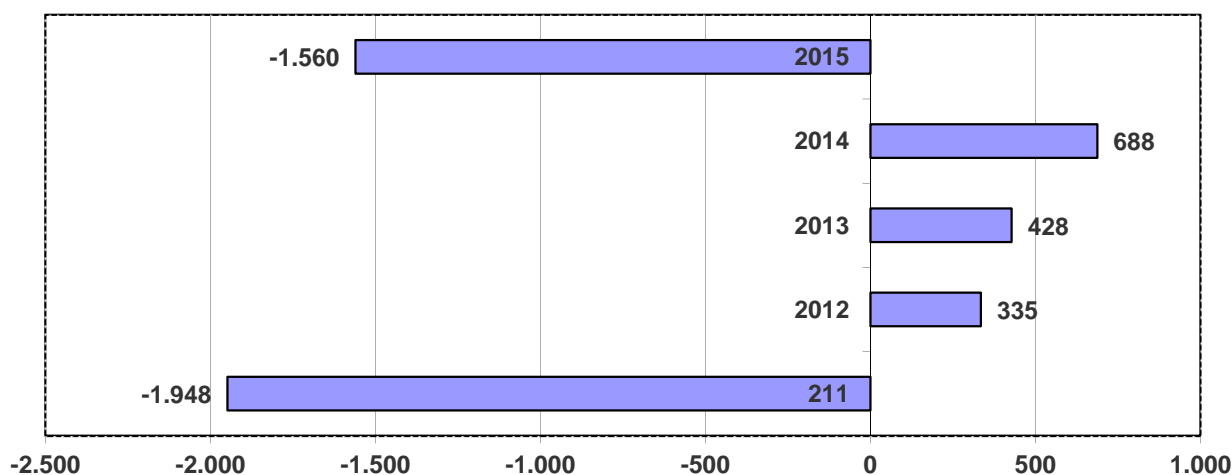
2.9 Desempenho econômico-financeiro

Em 2015, a perda do exercício foi de R\$ (1.560) mil, contra R\$ 688 mil o que representou uma redução de 326,74%.

A Receita Operacional Líquida atingiu, em 2015, R\$ 70.001 mil, enquanto em 2014 o resultado foi de R\$ 71.213 mil, representando uma redução de 1,70%.

Já o custo do serviço de energia elétrica de 2015 foi de 73.750 mil contra 65.923 mil em 2014 representando um aumento de 11,87% isso ocorreu principalmente pelo aumento no custo de aquisição da energia elétrica para revenda.

As sobras/perdas dos últimos 05 (cinco) exercícios apresentam-se conforme evolução à seguir:



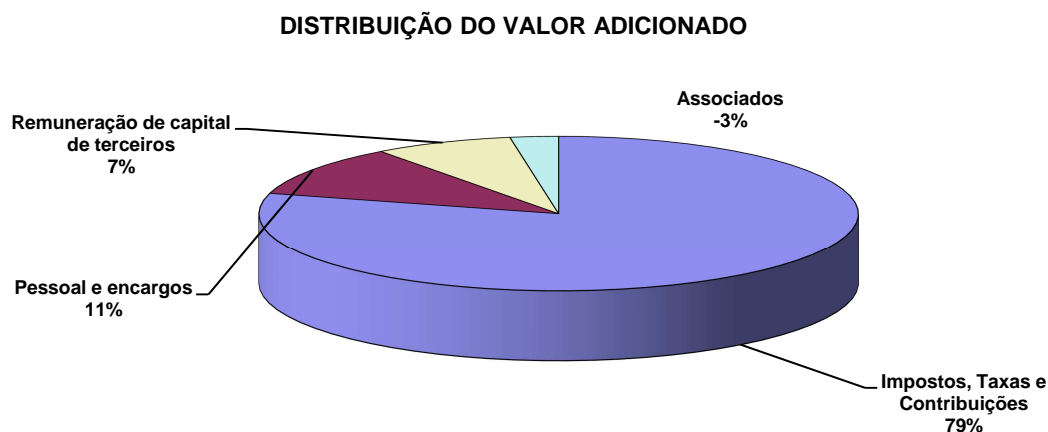
2.10 Investimentos

Em 2015, os investimentos da Cooperativa, importaram em R\$ 4.271 mil, 5,72% superiores em relação a 2014, conforme segue:

Investimentos - R\$ mil			
	2015	2014	%
Obras de Distribuição	3.933	3.992	(1,48)
Instalações Gerais	236	44	436,36
Veículos	97	-	100,00
Intangível	5	4	25,00
TOTAL	4.271	4.040	5,72

2.11 Valor adicionado

Em 2015, o valor adicionado líquido, gerado como riqueza pela concessionária, foi de R\$ 56.713 mil, representando 48,28% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



2.12 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras

Aos associados, estatutariamente, é garantida a destinação das sobras líquidas do exercício, ao **Fundo de Expansão e Manutenção do Sistema de Distribuição** para que a concessionária mantenha o serviço universalizado.

2.13 Composição das quotas do capital social

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social da concessionária era de R\$ 1.377 milhões, composto por 1.376.664 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Números de Associados		Capital Social
Total de associados em Dez/2014	34.935	1.348
Total de associados em Dez/2015	35.564	1.377

2.14 Comportamento do preço das quotas

As quotas permanecem com os preços previstos no artigo 14º do Estatuto Social, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 27 de setembro de 2013.

Capítulo VII Do Capital Social.

Art. 14º O capital social da Cooperaliança é representado por cotas-partes no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de cotas subscritas, mais nunca será inferior a R\$10.641,00 (dez mil seiscentos e quarenta e um reais).

2.15 Atendimento aos associados e consumidores

Os associados e consumidores da Cooperaliança possuem vários canais de atendimento, e conforme sua necessidade, nem é preciso sair de casa. Além dos três postos de atendimento presencial, há também um teleatendimento 24 horas, uma ouvidoria por telefone gratuito, e uma agência virtual. Acompanhe abaixo os locais, horários disponíveis, e a forma de contato com a Cooperaliança.

Atendimento Comercial: O consumidor da Cooperaliança que necessitar de atendimento pode procurar a sede da empresa, Rua Ipiranga, 333 – Centro de Içara – SC, pois neste local o atendimento comercial/presencial permanece em funcionamento durante os seguintes horários: das 7h45min às 12 horas e 13h30min às 18 horas, assim como nos demais setores.

Há postos de atendimentos comerciais também no Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal – 148, Zona Norte. O atendimento é das 7h 45min às 12 horas, e das 13h 30min às 18 horas. Em Jaguaruna, na Rua Estrada Geral, SNº, Olho D'água, com atendimento no período vespertino, das 13h30min às 17h30min.

O teleatendimento da Cooperaliança funciona 24 horas (através do 0800 48 4040), em horário comercial são realizados atendimentos emergenciais, problemas com faturas de energia, serviços comerciais, dúvidas, sugestões, reclamações, solicitações de serviços. Em horário de Plantão, apenas atendimentos relacionados à interrupção de energia, solicitações de serviços emergenciais: fios partidos, árvores caídas nas redes, acidentes em que postes são atingidos, falta de energia, etc.

A Cooperaliança possui, também, a Agência Virtual. Para acessar, o consumidor deve entrar no site da Cooperativa (www.cooperalianca.com.br) e clicar no link Agência Virtual, localizado na capa do site. Após realizar o cadastro, digitando os dados da fatura de energia elétrica, o consumidor pode navegar pelo espaço virtual. Através dele, podendo acompanhar seu histórico de consumo, consultar faturas em aberto, retirar 2º via de fatura, solicitar serviços, tirar dúvidas, e fazer reclamações.

Para reclamações recorrentes, a Cooperaliança disponibiliza o telefone da ouvidoria, o 0800 600 4048, atendimento em horário comercial.

3 GESTÃO

3.1 Planejamento Empresarial

O planejamento é uma ferramenta que promove o desenvolvimento e o crescimento da empresa, e tem por objetivo consolidar o comprometimento dos executivos e profissionais para com os resultados previamente estabelecidos; e, fundamentalmente, mantendo o foco na satisfação e atendimento das necessidades dos consumidores.

3.2 Recursos Humanos

Em 2015 a concessionária investiu R\$ 47 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus colaboradores, visando manter a evolução nas áreas tecnológicas e gerenciais, e oferecer aos mesmos, oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

3.3 Responsabilidade Social

Responsabilidade Social é desenvolver ações que estejam conectadas à identidade empresarial da instituição. A Cooperaliança cumpre seu papel de empresa com Responsabilidade Social agindo com ética interna e externamente, com associados e colaboradores.

Age com Responsabilidade Social quando coloca à frente de todas as suas ações seus princípios e valores, baseados na transparência, na excelência em serviços de distribuição de energia elétrica, em desenvolvimento regional, e comprometimento com o meio ambiente.

3.4 Responsabilidade Ambiental

Comprometida com o meio ambiente, a Cooperaliança realiza ações que visam a “economia do planeta”. Planeja toda construção de redes de distribuição, na intenção de evitar impactos ambientais.

3.5 Concessionária em números

3.5.1 Atendimento

	2015	2014	%
Número de consumidores	35.536	35.110	1,24
Número de empregados	95	93	2,15
Número de consumidores por empregado	374	377	(0,80)
Número de postos de atendimento	04	04	0,00

3.5.2 Mercado

	2015	2014	%
Área de concessão (Km ²)	366,32	569,21	35,64
Demanda máxima (MW)	44,763	45,300	1,19
Distribuição direta (MWH)	179.836	201.109	(10,58)
Consumo residencial médio (MWH/ano)	1,721	1,846	(6,77)
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWH)	475,87	304,13	56,47
Total (exceto curto prazo)			
Residencial	556,35	378,86	46,85
Industrial	438,19	266,04	64,71
Comercial	533,63	356,11	49,85
Rural	388,16	251,18	54,53
Poder Público	569,87	386,81	47,33
Serviços Públicos	413,41	259,99	59,01
Iluminação Pública	324,25	199,40	62,61
Consumo próprio	253,14	163,59	54,74
DEC (horas) – Conjunto – Içara	5,06	6,46	(21,67)
FEC (nº de interrupções) – Conjunto – Içara	4,30	4,03	6,70

3.5.3 Dados Operacionais

	2015	2014	%
Número de subestações	01	01	0,00
Linhas de distribuição (km)	1.583	1.580	0,19
Capacidade instalada (MVA)	127,23	124,98	1,80

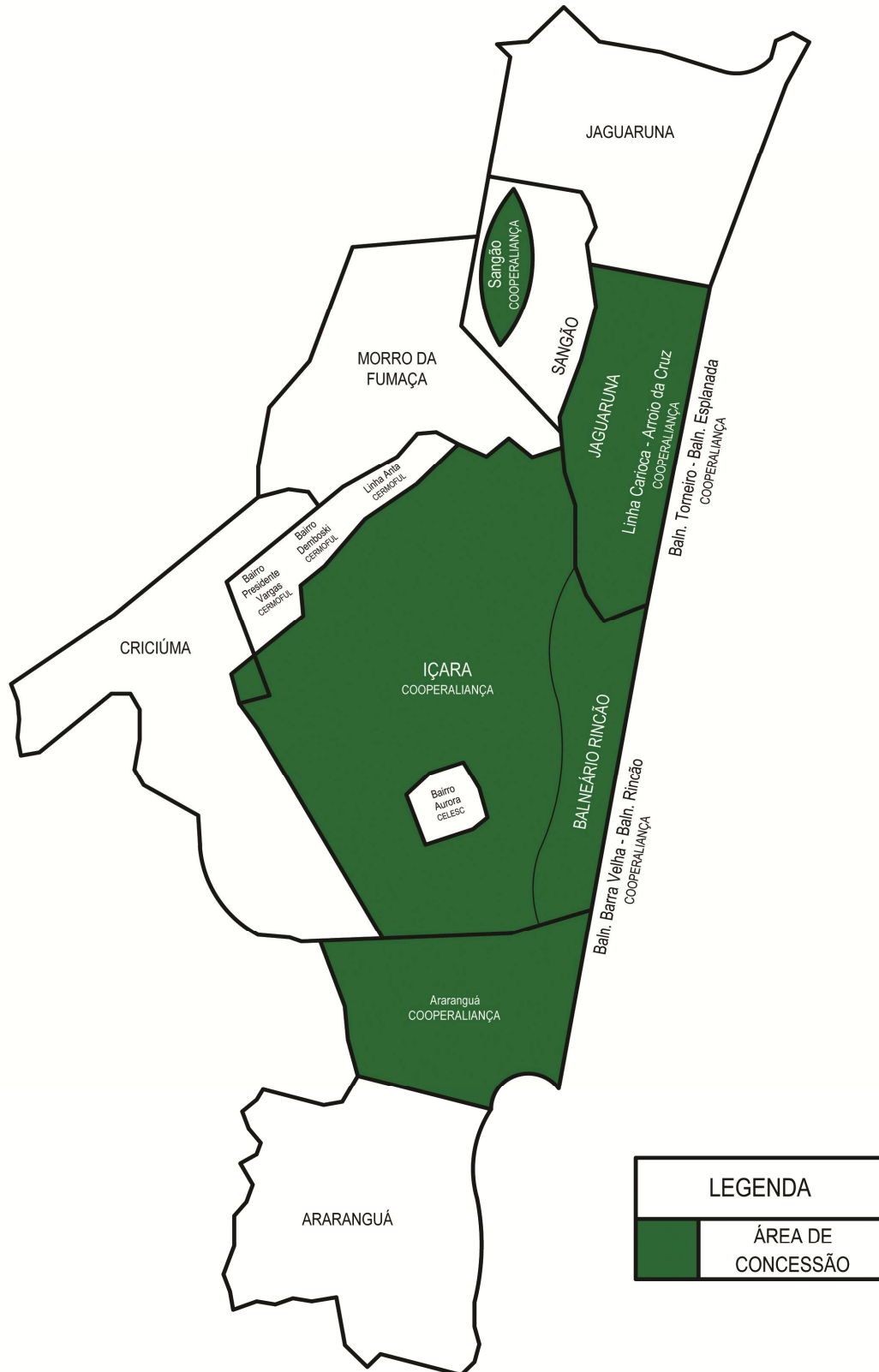
3.5.4 Dados Financeiros

	2015	2014	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	116.351	90.457	28,63
Receita operacional líquida (R\$ mil)	70.001	71.213	(1,70)
Margem operacional do serviço líquida (%)	0,93	4,76	(80,46)
Sobras líquidas (R\$ mil)	(1.560)	1.715	(190,96)
Patrimônio líquido (R\$ mil)	25.248	27.076	(6,75)
Valor patrimonial do lote de mil quotas	1.000	1.000	0,00
Endividamento do patrimônio líquido (%)	173,82	133,19	30,51
Em moeda nacional (%)	100	100	0,00

3.5.5 Indicadores de Desempenho

	2015	2014	%
Salário médio dos funcionários em R\$	3.921	3.886	0,90
Energia comprada por funcionário em MWH	1,893	2,162	(12,44)
Energia comprada por Consumidor em MWH	5,06	5,73	(11,69)

3.6 Área de concessão



4 – Desempenhos Comerciais

4.1 Construções de Redes

Município de Içara	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Localidades				
Poço Três	500	300		
Vila São José	300	100		200
Barracão	1.100	700	200	
Jaqueline	1.700	1.000	250	300
Lombas Pedreiras	1.000		350	200
Primeiro de Maio	100		300	
Poço 08	700	550	300	250
Boa Vista	4.550	3.800	300	
Sanga Funda	450	100	300	400
Liri	450	200	350	
Nossa Sra. Fátima	600	450	300	200
Vila Alvorada	100	50	200	
Rio dos Anjos	450		300	200
Linha Três Ribeirões	500		200	200
Esperança	400	1.200	500	
Coqueiros	450		300	200
Rio Acima	200			
3ª Linha	300		250	
2ª Linha	1.100	1.100		
1ª Linha	500			
Raichaski			300	
Linha Zilli	600			
Vila Nova	850	200	500	200
Centro	300	300	200	300
Tereza Cristina	800	500	600	300
Esplanada	400	500	200	100
Rio dos Porcos Sul	300	800	200	200
Rio dos Porcos Norte	1.100	300	200	100
Total metros	19.800	12.150	6.600	3.350

Município de Rincão	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Localidades				
Balneário Rincão	700	1.000	2.400	1.000
Vila Suíça	2.500	1.100		
Lagoa dos Esteves	550			200
Barra Velha			800	
Pedreiras	350	650		
Lagoa dos Freitas	300		600	
Total metros	4.400	2.750	3.800	1.200

Município de Jaguaruna	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Localidades				
Balneário Esplanada	700	900	1.200	600
Balneário Torneiro	1.000	200	300	500
Linha Carioca	3.400	1.200		
Arroio da Cruz	50	1.150		
Total metros	5.150	3.450	1.500	1.100

Neste período, tivemos um acréscimo no sistema de distribuição de energia elétrica de 18,3 km de Alta Tensão e 29,3 km de Baixa Tensão.

As melhorias no sistema de distribuição totalizaram 2,6 km de Alta Tensão e 11,9 km de Baixa Tensão.

4.2 Serviços Executados – Instalações de Transformadores

Município de Içara		
Localidades	Implantados (kVA)	Ampliados (kVA)
Centro	1-150, 3-112,5, 1-300,1-30,	30p/75
Rio dos Porcos Norte	1-225, 1-30,	45p/75
Nossa Senhora de Fátima	1-75	75p/45
Vila São José	1-300, 1-225, 1-30	300p/500
Sanga Funda	1-30	15p/30
Coqueiros	1-30	
Boa Vista	4-45	
Liri	2-112,5, 1-225	30p/45
Linha Três Ribeirões	1-30	
Jaqueline	1-30	
Linha Esperança	1-30, 1-150	75 p/ 150
Vila Nova	1-150	112,5 p/ 300
Segunda Linha	1-15, 1-30	
Poço Três	1-75	75 p/ 150
Tereza Cristina	5-75	
Esplanada	1-30, 1-10	112,5 p/ 300
Rio dos Porcos Sul	2-225, 1-30, 1-75	225 p/ 300
Linha Candioto	1-75	
Vila Alvorada	1-15	
Barracão	2-75	
Total - Potência	44 transformadores – 3.867 kva	11 transformadores – 875 kva

Município de Bal. Rincão		
Localidades	Implantados (KVA)	Ampliados
Balneário Rincão Centro	13-75, 1-45	
Lagoa dos Esteves	1-30	
Vila Suíça	3-45	
Pedreiras	1-30, 1-112,5, 1-300	
Total - Potência	21 transformadores - 1.627 kva	

Município de Jaguaruna		
Localidades	Implantados (KVA)	Ampliados (KVA)
Arroio da Cruz	1-45	
Balneário Esplanada	3-45, 1-15	
Balneário Torneiro		1-15 p/ 1-45
Total - Potência	05 transformadores - 195 kva	01 transformador - 30 kva

Neste período foram implantadas 70 novas subestações e ampliadas 12, totalizando 82 subestações em postes, aumentando a carga instalada do sistema em 6.5 MVA.

4.3 Subestação Rincão

A Subestação Rincão operou com sua carga máxima no mês de dezembro, onde foram utilizados 77% de sua capacidade instalada no horário de ponta, sinalizando obras de ampliação da mesma para os próximos anos.

Realizamos inspeções térmicas nos barramentos, chaves e equipamentos, bem como toda manutenção preventiva e corretiva.

4.4 Loteamentos Melhorias

Realizamos obras de melhorias nos loteamentos, padronizando os circuitos, com troca de postes e recondutoramento do sistema de distribuição de energia, com ampliações de subestações distribuidoras em postes.

4.5 Alimentadores de Distribuição de Energia Elétrica

Transferência de carga das localidades Urussanga Velha, Esplanada, Balneário Esplanada e regiões próximas no município de Jaguaruna, entre os Alimentadores Iça 02 e Rao 01 oriundo da Subestação Rincão, sendo uma carga de 4,0 MW no período do verão.

4.6 Vistorias nas Unidades Consumidoras

Realizamos 2.141 vistorias nas unidades consumidoras, buscando reduções das perdas técnicas e comerciais no sistema de distribuição.

4.7 Iluminação Pública

A Cooperaliança realizou os serviços de iluminação pública no município de Içara. Conforme contrato, os demais municípios ficaram sobre responsabilidade das prefeituras.

4.8 Plantão 24 horas.

A Central de Operação e Distribuição, COD, atendeu a 4.186 chamadas em diversas localidades, com falta de energia elétrica.

Orientou os consumidores nos procedimentos de instalações elétricas em novas unidades consumidoras.

4.9 Análise de Projetos Elétricos.

Com objetivo de melhorar nosso atendimento, bem como orientações aos consumidores com relações as novas ligações, a área técnica analisa a carga a ser instalada e as condições da Rede de Distribuição de Energia Elétrica no local onde será instalada a unidade consumidora, orientando os consumidores no que for necessário a segurança e a qualidade no fornecimento.

Neste período foram analisados 274 projetos, sendo 242 residenciais, 19 comerciais, 4 industriais e 9 loteamentos.

4.10 Balanço Energético - Janeiro/2015 a Dezembro/2015.

Durante este período a Cooperaliança adquiriu da supridora, a Celesc, um total de 196.579 Mwh/ano e distribuíram 179.836 Mwh/ano, as perdas somam o montante de 16.743 Mwh, totalizando um percentual de 8,52 %.

4.11 Conclusão:

Realizamos várias obras de melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica, com ampliação de cargas dos circuitos e instalações de transformadores para atendimento aos novos consumidores e ampliação de cargas, melhorando os índices de qualidade e continuidade da distribuição de energia. A subestação Rincão apresentou carregamento de 77% no período do verão, também foi utilizada a subestação para transferência de cargas, entre as subestações para ajuste na demanda contratada.

5 PLANEJAMENTOS DE ATIVIDADES – 2016.

O sistema de distribuição de energia elétrica da Cooperaliança é composto por nove circuitos com tensão de fornecimento de 13,8 KV, uma Subestação rebaixadora de 69/13,8 KV, contendo quatro circuitos de distribuição, e cinco circuitos de 13,8 KV oriundos da Subestação Celesc.

Com a expansão do sistema de distribuição de energia elétrica e o aumento das demandas de energia, incorpora uma visão pela qualidade nos serviços com as necessidades de melhorias em todo sistema.

5.1 Suprimento de Energia

Toda energia elétrica do sistema Cooperaliança é adquirida da supridora Celesc, com os contratos de energia para os dois pontos de atendimento, sendo localizado na Subestação Celesc no Bairro Jaqueline em Içara.

5.1.1 Içara - Sistema de Distribuição de Energia Elétrica

O sistema de distribuição de energia da Cooperaliança é composto por nove circuitos de distribuição e um de transmissão. Foram realizadas manutenções preventivas e corretivas com inspeções térmicas anuais em todos os circuitos.

Na Subestação Rincão, devemos realizar inspeções térmicas dos equipamentos e análise do óleo do transformador de força.

5.2 Planejamentos de Obras dos Alimentadores.

Obra	Alimentador	Descrição da Obra	Total R\$	Justificativa
1	SE Rincão	Vila nova / Barracão Com extensão de 3 km	190.000	Novo Alimentador
2	SE Içara	Linha Zilli / BR 101	90.000	Adequação Rede de Alta Tensão ao junto ao sistema de transmissão de 69 KV.
3	SE Içara	Circuito Iça 03 - Bairro Liri até divisa com Criciúma.	160.000	Recondutoramento e Ampliação de carga
4	SE Içara	Ampliações redes Bairros	250.000	Ampliações de cargas e divisão de circuitos
	Total		690.000	

5.3 Planejamento: Rede Baixa Tensão

Obra	Circuitos	Descrição das Obras	Total R\$	Justificativa
1	50	Divisão de cargas entre circuitos e recondutoramentos de circuitos e instalações redes multiplexadas	300.000	Instalações de novos transformadores, para divisão de circuitos.
1	SE'S	Manutenção do sistema elétrico de distribuição.	320.000	Manutenções corretivas e preventivas.
	Total		620.000	

5.4 Aquisição de Equipamentos

Quantidade	Tipo	Total R\$	Justificativa
50	Transformadores	350.000	Atender ao aumento de carga, adequar à resolução da Agência Nacional.
2.000	Medidores de Energia	400.000	Atender ao crescimento de mercado
Total		750.000	

TOTAL DOS INVESTIMENTOS: R\$ 2.060.000,00.

6 AUDITORES INDEPENDENTES

A Müller Auditores Independentes S/S – Criciúma, foi contratada pela Cooperaliança para a prestação de serviços de auditoria externa relativa às demonstrações financeiras do exercício de 2015.

7 AGRADecIMENTOS

Não trabalhamos sozinhos, e não podemos deixar passar em branco a nossa gratidão. Trabalhar é um exercício diário de dizer obrigado. Quando nos dedicamos a algo, ou à alguma causa, não vamos sozinhos pelo caminho. Até podemos ir, mas, é certo que encontraremos alguém disposto a nos ajudar, ou apenas, ensinar, pelas ruas do tempo.

Então, lembramos com carinho de cada pessoa que junto à nós trabalhou em 2015. Aos mais próximos, àqueles que acompanharam de perto, e fizeram conosco a evolução, dia a dia, mês a mês no ano que passou, deixamos o nosso obrigado, carregado de sentimentos e emoções.

A todos os integrantes de conselhos (desde Administração, Fiscal, Delegados, e Conselho de Consumidores); Aos nossos colaboradores, estagiários, fornecedores; Aos nossos consumidores, e principalmente aos nossos associados, o nosso muito obrigado. Saibam que todo o trabalho tem energia nossa, mas, muito mais energia que emana de vocês.

Jorge Rodrigues
Presidente

Cleber Luiz Oliveira da Silva
Secretário

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

		Legislação Societária	
		2015	2014
ATIVO			
Circulante	Notas	24.718	19.574
Numerário disponível	5	2.939	172
Aplicações no mercado aberto		139	-
Numerário em trânsito	5.1	967	1.091
Consumidores	6	18.029	14.617
Rendas a receber	7	337	219
Tributos a compensar	8	449	513
Outros Créditos	9	1.194	1.108
Subsídios tarifários e redução tarifária	10	1.044	2.004
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	11	(3.485)	(3.072)
Estoque	12	325	162
Serviços em curso	13	490	405
Despesas pagas antecipadamente	14	15	13
Conta de compensação de variação de custos da Parcela A	15	2.275	2.342
Não Circulante		44.417	43.565
Realizável a longo prazo		2.425	31.329
Tributos a compensar	8	120	131
Consumidores	6	1.406	1.406
Outros Créditos	9	28	16
Ativo indenizável (concessão)	18	838	29.741
Depósitos judiciais	16	33	35
Investimentos	17	2.140	2.137
Intangível	18	41.566	11.191
Participação financeira do consumidor	18.1	(1.714)	(1.092)
TOTAL DO ATIVO		69.135	63.139

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

		Legislação Societária	
		2015	2014
PASSIVO			
Circulante	Notas	35.287	29.009
Fornecedores	19	15.975	12.753
Folha de pagamento	20	316	282
Tributos e contribuições sociais	21	3.705	1.265
Empréstimos e financiamentos	22.1	3.772	6.474
Credores diversos	23	3.054	2.518
Conta de compensação de variação de custos da Parcela A	24	2.382	2.991
Obrigações estimadas	25	709	505
Encargos do consumidor a recolher	26	2.921	80
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	27	2.123	1.654
Outras contas a pagar	28	330	487
		8.600	7.054
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	22.2	7.204	5.699
Provisões para contingências	30	1.396	1.355
		25.248	27.076
Patrimônio Líquido			
Capital social	32.1	1.377	1.348
Reservas de capital	32.2	873	873
Ajuste de avaliação patrimonial	32.3	2.107	2.611
Reservas de Sobras	32.4	7.063	8.332
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social	32.4	42	126
Reserva para geração de energia	32.4	1.148	1.148
Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição	32.4	12.267	11.579
Fundo de expansão da sede social	32.4	371	371
Sobras à disposição da A.G.O	32.4	-	688
		69.135	63.139
TOTAL DO PASSIVO			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2015	2014
Receita Operacional		116.351	90.457
Fornecimento de energia elétrica	34.1	64.162	45.615
Uso do sistema de distribuição	34,2	46.965	33.621
Receita de construção	34.3	-	4.959
Arrendamentos e aluguéis	34.4	-	605
Doações, contribuições e subvenções	34.5	4.946	4.463
Serviços e outras receitas	34.6	278	1.194
(-) Deduções da receita operacional		46.350	19.244
ICMS	35.1	24.441	17.330
PIS-PASEP	35.1	118	87
COFINS	35.1	545	404
ISSQN	35.1	17	-
Encargos do consumidor (RGR/CDE/CCC/P&D/PEE)	35.2	21.229	1.423
(=) Receita operacional líquida		70.001	71.213
(-) Custo do serviço de energia elétrica		73.750	65.923
Energia elétrica comprada para revenda	36	49.794	45.272
Encargo de uso do sistema de distribuição	37	4.263	3.113
Custo de operação		19.693	17.538
Pessoal e administradores	38	7.424	6.416
Material		1.361	901
Serviços de terceiros		3.335	2.996
Depreciação e amortização		2.348	2.118
Custo de construção		4.767	4.959
Provisões		458	148
(=) Sobra/Perda Bruta		(3.749)	5.290
(+) Receitas operacionais		5.882	-
Receitas operacionais		5.882	-
(-) Despesas operacionais		1.055	981
Despesas gerais e administrativas		671	462
Outras despesas operacionais		384	519
(=) Resultado do serviço		1.078	4.309
(+/-) Receita (despesa) financeira		(2.638)	(2.594)
Receitas financeiras	38	1.861	1.166
Despesas financeiras	38	4.499	3.760
(=) Resultado operacional		(1.560)	1.715
(=) Sobras/Perdas antes da contr. social e imposto de renda		(1.560)	1.715
(-) Contribuição social		-	-
(-) Imposto de renda		-	-
(=) Sobras/Perda do exercício		(1.560)	1.715

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária		
	Associado	N/Associado	Consolidado
Receita Operacional	98.964	17.387	116.351
Fornecimento de energia elétrica	55.308	8.854	64.162
Uso do sistema de distribuição	39.281	7.684	46.965
Doações, Contribuições e Subvenções	4.207	739	4.946
Serviços e outras receitas	168	110	278
(-) Deduções da Receita Operacional	38.860	7.490	46.350
ICMS	20.789	3.652	24.441
PIS-PASEP		118	118
COFINS		545	545
ISS	15	3	18
Encargos do Consumidor (RGR/CDE/CCC/P&D/PEE)	18.056	3.172	21.228
(=) Receita Operacional Líquida	60.104	9.897	70.001
(-) Custo do serviço de energia elétrica	62.729	11.021	73.750
Energia elétrica comprada para revenda	42.353	7.441	49.794
Encargo de uso do sistema de distribuição	3.626	637	4.263
Custo de operação	16.750	2.943	19.693
Pessoal e administradores	6.314	1.109	7.423
Material	1.158	203	1.361
Serviços de terceiros	2.836	499	3.335
Depreciação e amortização	1.997	351	2.348
Custo de Construção	4.055	712	4.767
Provisões	390	69	459
(=) Sobra Bruta	(2.625)	(1.124)	(3.749)
(+) Receitas operacionais	5.003	879	5.882
Receitas operacionais	5.003	879	5.882
(-) Despesas operacionais	897	158	1.055
Despesas gerais e administrativas	571	100	671
Outras despesas operacionais	326	58	384
(=) Resultado do serviço	1.481	(403)	1.078
(+/-) Receita (despesa/financeira)	(2.244)	(394)	(2.638)
Receita financeira	1.583	278	1.861
Despesa financeira	3.827	672	4.499
(=) Resultado operacional	(763)	(797)	(1.560)
(=) Sobras antes da Contribuição social e imposto de renda	(763)	(797)	(1.560)
(-) Contribuição Social	-	-	-
(-) Imposto de renda	-	-	-
(=) Sobras do exercício	(763)	(797)	(1.560)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA CNPJ nº 83.647.990/0001-81

**Demonstração do Resultado Abrangente e Destinações Legais e Estatutárias
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Legislação Societária	
	2015	2014
RESULTADO/SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	(1.560)	1.715
(+/-) Resultado Abrangentes	1.560	249
Reversão Reserva Legal NBC T 10.8	1.269	126
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial (associados)	291	123
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	-	1.964
RESULTADOS COM TERCEIROS	797	(102)
Resultado Líquido do Exercício (Oper. com não Associados)	753	(126)
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial (não associados)	44	24
Base para Destinações Legais e Estatutárias	-	1.964
Fundo de Reserva - Art. 46, inc.a - Estatuto Social - 10%	-	196
FATES - Art. 46, inc. b - Estatuto Social - 5%	-	98
Fundo Exp. Manut. Sist. Distr. - Art. 46, inc. c - Estatuto Social - 50%	-	982
FATES - Operações com terceiros - Art. 48 - Estatuto Social.	-	-
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE A DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	-	688

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014.
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro				Saldo à disposição da A.G.O	Total	
				Reservas de sobras	Recursos destinados a aumento de capital	FATES	Outros fundos			Fundo de exp. Da sede social
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.326	873	3.359	8.237	1.148	61	10.169	371	428	25.972
Capital Social										-
Integralização das Sobras										-
Integralização de quotas	22									22
Capital a integralizar										-
Realização de reservas e fundos			(748)			(33)			249	(532)
Aumento de reservas							428		(428)	-
Resultado do exercício (Associados)									1.841	1.841
Resultado do exercício (Não associados)				(101)					(126)	(227)
Destinações estatutárias										-
Fundo de reserva				196					(196)	-
FATES						98			(98)	-
Fundo exp. e manut. Sist. distr.							982		(982)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial										-
Avaliação a Valor Justo (IFRIC12)										-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.348	873	2.611	8.332	1.148	126	11.579	371	688	27.076
Capital Social										-
Integralização das Sobras										-
Integralização de quotas	29									29
Capital a integralizar										-
Integralização de reservas/fundos										-
Realização de reservas e fundos			(504)	(1.269)		(84)				(1.857)
Aumento de reservas							688		(688)	-
Resultado do exercício (Associados)										-
Resultado do exercício (Não associados)										-
Destinações estatutárias										-
Fundo de reserva										-
FATES										-
Fundo exp. e manut. Sist. de distr.										-
Ajustes de Avaliação Patrimonial										-
Avaliação a Valor Justo (IFRIC12)										-
Ajustes de avaliação patrimonial										-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.377	873	2.107	7.063	1.148	42	12.267	371	-	25.248

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2015	2014
Atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	(1.560)	599
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:	2.761	2.507
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	413	389
Depreciação e amortização	2.348	2.118
Resultado ajustado do exercício	1.201	3.106
Redução (aumento) nos ativos operacionais	(2.776)	(8.317)
Consumidores	(3.412)	(3.696)
Rendas a receber	(118)	(19)
Tributos a compensar	75	(145)
Outros créditos	(98)	(580)
Estoques	(163)	(8)
Prêmios de seguros	(2)	1
Serviço em curso	(85)	186
Subsídios tarifários e redução tarifária	960	(1.714)
Conta de compensação de variação de custos da parcela A	67	(2.342)
Aumento (redução) nos passivos operacionais	38.548	7.158
Fornecedores	3.222	5.954
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	34	38
Tributos e contribuição social	2.440	(839)
Credores diversos	536	1.989
Obrigações estimadas	204	21
Encargos do consumidor a recolher	2.841	39
Outras contas a pagar	(157)	(249)
Pesquisa e Desenvolvimento, e Eficiência Energética	469	178
Provisão para contingências	41	(129)
Depósitos judiciais	2	(8)
Ativo indenizável (concessão)	28.903	(3.238)
Participação financeira do consumidor	622	411
Conta de compensação de variação de custos da parcela A	(609)	2.991
Caixa oriundo das atividades operacionais	36.973	1.947
Atividades de investimento		
Aumento nos investimentos	(3)	(1)
Aplicações no intangível	(32.723)	(32)
Total das atividades de investimento	(32.726)	(33)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital pelos sócios	29	22
Reservas de capital	-	(33)
Ajuste de avaliação patrimonial	(213)	(601)
Redução da reserva de fates	(84)	-
Empréstimos e financiamentos	(1.197)	(2.081)
Total das atividades de financiamento	(1.465)	(2.693)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	2.782	(779)
Saldo inicial de disponibilidades	1.263	926
Saldo final de disponibilidades	4.045	1.263
Variação no caixa e equivalentes de caixa	2.782	337

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81**

**Demonstração do valor adicionado - DVA dos exercícios findos em 31 de dezembro de
2015 e 2014**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2015	2014
Receitas	121.775	90.309
Venda de energia e serviços	64.634	45.927
Uso do sistema de distribuição	46.965	33.621
Receitas de Construção	4.767	4.959
Locação de Postes	639	605
Doações, contribuições e subvenções	4.946	4.463
Serviços e Outras Receitas	754	1.194
Receitas de ultrapassagens	(472)	(312)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(458)	(148)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	64.575	58.222
Insumos consumidos	54.057	48.385
Serviços de terceiros	3.335	2.996
Materiais	1.361	901
Custo de Construção	4.767	4.959
Outros	1.055	981
(=) Valor adicionado bruto	57.200	32.087
(-) Quotas de reintegração	2.348	2.118
Depreciação, amortização e exaustão	2.348	2.118
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	54.852	29.969
(+) Valor adicionado recebido em transferência	1.861	1.166
Receitas financeiras	1.861	1.166
(=) Valor adicionado total a distribuir	56.713	31.135
Distribuição do valor adicionado	56.713	31.139
Pessoal	6.366	5.543
Remuneração direta	4.807	4.234
Auxílio alimentação	497	440
Assistência médica/plano de saúde	270	237
Encargos sociais exceto INSS	699	551
Outros	93	81
Governo	47.408	20.121
Federal	22.950	2.787
INSS (folha de pagamento)	1.058	873
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
PIS/COFINS	663	491
Encargos do consumidor	21.229	1.423
Estadual	24.441	17.330
ICMS	24.441	17.330
Municipais	17	4
ISSQN	17	4
Remuneração de capital de terceiros	4.499	3.760
Outras despesas financeiras	4.499	3.760
Remuneração de capitais próprios	(1.560)	1.715
Sobra do exercício	(1.560)	1.715
Valor adicionado (médio) por empregado	597	346

As notas explicativas da administração são partes integrantes destas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A concessionária é uma sociedade cooperativa, de natureza civil, com sede na cidade de Içara, estado de Santa Catarina, Brasil, constituída na forma da Lei nº 5.764/71. Controlada pelos associados, tem o objetivo principal de prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica a associados e público indistinto, em qualquer de suas formas, e regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão regulador vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

2 DA CONCESSÃO

A Cooperativa possui concessão, consolidada no contrato nº 145/2002 e aditivos posteriores, firmado com o poder concedente, com validade até o dia 7 de julho de 2045, para a distribuição de energia elétrica nos municípios de Içara, Balneário Rincão, Araranguá e Jaguaruna, atendendo a 35.536 consumidores cativos e dois consumidores parcialmente livre. Adicionalmente, pela nova regulamentação do setor elétrico, estamos disponíveis para atender consumidores livres no Estado de Santa Catarina.

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board – IASB*.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015

A) Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

A administração da concessionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) e Resolução CFC Nº 1.295/10 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

B) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, obrigações estimadas, provisões para contingências, estoques e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A concessionária revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A) Caixas e Equivalentes de Caixa

Compostos por valores em espécie, depósitos bancários disponíveis e numerários em trânsito.

B) Aplicações no mercado aberto e títulos de valores mobiliários

Estão demonstrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

C) Consumidores a receber

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

D) Consumidores a receber

São valores repassados para equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias e permissionárias de distribuição, conforme previsto no Art. 13, inciso VIII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 09 de julho de 2013, em cumprimento ao disposto no Art. 4º do decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, e também referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicadas aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, valores estes homologados na resolução homologatória nº 1.931, de 11 de agosto de 2015 e despachos posteriores.

E) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecido em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber e outros créditos, e calculada na forma do manual de contabilidade da ANEEL.

F) Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição.

G) Ativos e Passivos Regulatórios

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2013.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

A Cooperaliança assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Nº 145/2002 em 10 de dezembro de 2014, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios conforme demonstrado na Nota “12” e “24” respectivamente, a partir desta data.

H) Investimentos

As participações societárias permanentes nas diversas cooperativas de crédito, de prestação de serviços e federações estão registradas pelo seu custo de aquisição, mais as sobras capitalizadas em sua conta capital.

Para os investimentos em terrenos, dos quais não pertence à atividade vinculada na prestação de serviço de energia elétrica, a concessionária optou em adotar o custo atribuído em 1º/jan./2010. A cooperativa contratou empresa especializada em avaliação de imóveis, onde o respectivo trabalho resultou no valor justo destes investimentos.

I) Concessão do Serviço Público (Ativo Indenizado)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo

financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo ou valor novo de reposição (VNR) apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Concessionária, que ocorre a cada quatro anos (próxima revisão prevista para agosto de 2017), o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

No período de 2013, em razão da Revisão Tarifária, a concessionária realizou avaliação dos bens que compõem seu ativo indenizado/financeiro, o qual sofreu ajustes em contrapartida diretamente no patrimônio líquido. Tal avaliação gerou lançamento líquido negativo de R\$ 6.579 no imobilizado e respectivamente na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

J) Intangível

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao novo valor de reposição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A concessionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória correspondem aos ativos avaliados ao novo valor de reposição

K) TAXAS REGULAMENTARES

a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

b) Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor

econômico agregado pelo concessionário.

d) Bandeiras Tarifárias

A partir de 2015 de 1º de julho de 2015, as contas de energia passaram a trazer o Sistema de Bandeiras Tarifárias. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicam se a energia custa mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, e indicam o seguinte:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,045 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

L) Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita Não Faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de Construção

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A concessionária contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (I) a atividade fim da concessionária é a distribuição de energia elétrica; (II) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e, (III) a concessionária terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

M) Instrumentos Financeiros Não Derivativos

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, assim como outras contas a pagar.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a empresa tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações são reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido, líquidas dos efeitos tributários. A empresa não possui instrumentos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a empresa gerencia esses investimentos e toma as decisões de aplicação e resgate com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento do seu fluxo de caixa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. A empresa não possui instrumentos financeiros derivativos.

N) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

O) Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

5 DISPONIBILIDADES

Numerário Disponível	Legislação societária	
	2015	2014
Caixa	2	41
Bancos	2.937	131
TOTAL	2.939	172

5.1 Numerário em Trânsito

Legislação societária		
Numerário em Trânsito	2015	2014
Numerário	967	1.091
TOTAL	967	1.091

Os valores de numerário em trânsito são referentes a créditos quitados, e não repassados pelo agente arrecadador, resultante de disposição estabelecida em convênio de cobrança.

6 APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Legislação societária					
Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2015	2014
Bradesco S/A	CDB	diário	10% a.a	132	0,00
Banco Santander	FIC Curto Prazo	Diário	Variável	4	
Banco Safra S/A	Vinculada	Diário	Variável	3	
TOTAL				139	0,0

7 CONSUMIDORES

Legislação societária		
Consumidores	2015	2014
Faturados	35.536	35.110
TOTAL	35.536	35.110

a) Composições das contas a receber

Consumidor	Legislação societária							
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores duvidosos		Saldo	
					2015	2014	2015	2014
Residencial	2.705	815	474	3.994	(477)	(556)	3.517	3.138
Industrial	3.730	1.014	945	5.689	(1.341)	(1.391)	4.348	3.117
Comercial	1.670	341	368	2.379	(312)	(283)	2.067	1.554
Rural	514	286	101	901	(95)	(119)	806	774
Poder público	93	-	9	102	(8)	(7)	94	113
Iluminação pública	551	284	278	1.113	(144)	(151)	969	312
Serviço público	112	-	-	112	-	-	112	91
Renda não faturada	2.345	-	-	2.345	-	-	2.345	1.697
Subtotal - consumidores	11.720	2.740	2.175	16.635	(2.377)	(2.507)	14.258	10.796
Serviço taxado	31	22	23	76	(22)	-	54	68
Participação financeira	-	-	4	4	(4)	-	-	4
Parcelamentos	514	142	508	1.164	(361)	-	803	1.024

Encargo de capacidade	-	-	8	8	-	-	-	8
Desconto TUSD cons. Livre	142	-	-	142	-	-	142	210
TOTAL - CIRCULANTE	12.407	2.904	2.718	18.029	(2.764)	(2.507)	15.257	12.110
Parcelamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Industrial	1.406	-	-	1.406	-	-	1.406	1.406
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	1.406	-	-	1.406	-	-	1.406	1.406

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer, em face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, em conformidade com o que determina a Manual de Serviços Público de Energia Elétrica, enquadrados nas seguintes situações:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos a mais de 180 dias;

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

Foram realizadas ainda provisão para créditos de liquidação duvidosa das faturas da empresa Coposul – Copos Plásticos do Sul Ltda, a qual está em processo de concordata. A Administração da concessionária entende que 50% dos valores devidos pela empresa são suficiente para cobrir possíveis perdas.

b) Consumidores de baixa renda

A Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010 alterou as disposições contidas na lei 10.438 de 26 de abril de 2002 instituindo a TSEE (Tarifa Social de Energia Elétrica), que regulamenta o benefício aos consumidores da classe residencial baixa renda

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) regulamentou a aplicação da Lei 12.212/2010 através da resolução homologatória nº 945/2010 ampliando prazos progressivos para eliminação de benefícios oriundos da aplicação da 10.438/2002 e resoluções da ANEEL nº 431/2011 e nº 572/2013.

8 RENDAS A RECEBER

	Legislação Societária	
	2015	2014
Outras Rendas		
Multas p/ atraso	138	111
Tarifa de correio	7	8
Juros de mora	87	-
Acréscimo moratório	-	67
Atualização monetária	82	23
Renda de serviço de arrecadação	23	10
TOTAL	337	219

9 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

Circulante

	Legislação Societária	
	2015	2014
ICMS sobre o ativo imobilizado	96	96
ICMS (faturas cancelados)	251	321
COFINS	1	-
Saldo negativo de CSLL	23	21
IRRF	53	50
Saldo negativo de IRPJ	25	25
TOTAL	449	513

Não circulante

NÃO CIRCULANTE	Legislação Societária	
	2015	2014
ICMS sobre ativo imobilizado	120	131
TOTAL	120	131

10 OUTROS CRÉDITOS

a) Circulante

	Legislação Societária	
	2015	2014
Empregados	84	54
Serviços prestados a terceiros	100	112
Equipamentos em poder de terceiros	139	111
Equipamentos em poder de terceiros em nosso poder	6	-
Parcelamento	570	577
Cheques em cobrança	90	79
Aluguéis a receber e duplicatas a receber	164	134
Cheques sem Custódia	8	8
Outros	33	33
TOTAL	1.194	1.108

b) Não circulante

	Legislação Societária	
	2015	2014
Consórcio Nacional Volkswagen	16	4
Empregados	12	12
TOTAL	28	16

11 DOAÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES

	Legislação Societária	
	2015	2014
Subsídios tarifários e redução da tarifária	1.044	2.004
TOTAL	1.044	2.004

- **Subsidio – Eletrobrás - CDE** – São Valores repassados para equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, conforme previsto no Art. 13 inciso VIII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 09 de julho de 2013, e em cumprimento ao disposto no Art. 4º do decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. E também referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicadas aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Conforme previsto no Art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de Abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 09 de julho de 2013 e em cumprimento ao disposto o Art. 3º do decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Valores Estes homologados na resolução homologatória nº 1.931 de 11 de agosto de 2015.

12 PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS

	Legislação Societária	
	2015	2014
Provisão para devedores duvidosos	2.920	2.507
Provisão PCLD – outros Créditos	565	565
TOTAL	3.485	3.072

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE – resolução normativa nº. 605, de 11 de março de 2014, item 6.3.3 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Plano de ação para recuperação de receita de energia em atraso a mais de 90 dias extrajudicialmente, oferecendo desconto progressivos de multa, juros e correções monetárias de acordo com o número de parcelas solicitadas.

Parcelas por classes:

- Residência, Rural e Baixa Renda em até 12 parcelas.
- Industrial e Comercial em até 36 parcelas.
- Poder Público em até 12 parcelas.

13 ESTOQUE

Material	Legislação Societária	
	2015	2014
Almoxarifado em serviço	85	55
Adiantamento Eletrobrás - PROINFA	237	103
Adiantamento a fornecedores	3	4
TOTAL	325	162

14 SERVIÇOS EM CURSO

Serviços prestados a terceiros	Legislação Societária	
	2015	2014
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	109	177
Programa de Eficiência Energética – PEE	325	172
Serviços prestados a terceiros	56	56
TOTAL	490	405

15 DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Legislação Societária	
	2015	2014
Seguros de equipamentos	11	10
Seguros de prédios	1	-
Seguros de veículos	3	3
TOTAL	15	13

16 CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CUSTOS DA PARCELA A

	Legislação Societária	
	2015	2014
CVA-CDE	127	162
CVA-PROINFA	10	72
CVA-Compra de Energia	2.138	575
Ativo Regulatório	-	1.533
TOTAL	2.275	2.342

17 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Legislação Societária	
	2015	2014
Trabalhistas	33	35
TOTAL	33	35

18 INVESTIMENTOS

	Legislação societária	
	2015	2014
Coligadas	-	-
Fecoerusc Ltda.	35	35
Credija – Sicoob – SC	11	9
Unicred	4	3
Acicred	19	19
Cresdisulca	1	1
Terrenos não operacionais	18	18
Ajuste de avaliação patrimonial	52	52
Terreno Associação	141	141
Ajuste de avaliação patrimonial	1.859	1.859
TOTAL	2.140	2.137

19 IMOBILIZADO

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da cooperativa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

O Ativo Imobilizado da concessionária está composto da seguinte forma:

BENS

CONTAS	Saldo 2014	Imobiliz.	Desativ.	(-) Transf.	(+) Transf.	(+/-) Ajustes	Saldo 2015
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	33.020	3.939	(524)	2.810	-	-	39.245
VEICULOS	644	97	-	-	-	-	741
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	41	1	-	90	-	-	132
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.789	25	-	-	(2.810)	-	4
MOVEIS E UTENSILIOS	90	1	-	-	(90)	-	1
LICENÇAS SOFTWARE	150	2	-	-	-	-	152
TERRENOS	53	-	-	-	-	-	53
EDIFICACOES, OBRAS C. BENF.	563	-	-	-	-	-	563
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	258	13	-	-	-	-	271
MOVEIS E UTENSILIOS	192	-	-	-	-	-	192
VEICULOS	72	-	-	-	-	-	72
EDIF., OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	226	-	-	-	(226)	-	-
LICENÇAS DE SOFTWARE	4	2	-	17	-	-	23
LICENÇAS DE SOFTWARE	16	2	-	-	(17)	-	1
INTANGIVEL - SERV. PERM. - LD 69 KV	300	-	-	-	-	-	300
TERRENOS - LD 69 KV	49	-	-	-	-	-	49
MAQUINAS E EQUIP. - LD 69KV	5.898	-	-	-	-	-	5.898
MAQUINAS E EQUIP. - SE IÇARA - BA	1.200	-	-	-	-	-	1.200
TERRENOS - SE RINCÃO 69/13,8 KV	250	-	-	-	-	-	250
EDIF., OBRAS CIVIS E BENF. - SE RIN	1.127	-	-	-	-	-	1.127
MAQUINAS E EQUIP. - SE RINCÃO 69/	6.863	-	-	-	-	-	6.863
MÓVEIS E UTENS. - SE RINCÃO 69/13	8	-	-	-	-	-	8
SIST. DE GESTÃO - DETEC. E LOC. DE	341	-	-	-	-	-	341
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1	-	-	-	-	-	1
EQUIPAMENTOS (LOCALIZAÇÃO PERI	-	49	-	-	-	-	49
SIST. DE LOCAL. DE PERDAS COMER	-	143	-	-	-	-	143
EDIFICAÇÕES, OBRAS CIVIS E BENF.	-	-	-	226	-	-	226
Total	54.155	4.274	(524)	3.143	(3.143)	-	57.905

DEPRECIACÃO

	Saldo 2014	Deprec.	Desativ.	(-) Transf.	(+) Transf.	(+/-) Ajustes	Saldo 2015
LICENÇAS DE SOFTWARE	(140)	(4)	-	-	-	-	(144)
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	(11.713)	(1.414)	93	(1.332)	-	-	(14.366)
VEICULOS	(344)	(69)	-	-	-	-	(413)
MOVEIS E UTENSILIOS	(26)	(6)	-	(32)	-	-	(64)
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	(1.310)	(22)	-	-	1.332	-	-
MOVEIS E UTENSILIOS	(31)	(1)	-	-	32	-	-
EDIFICACOES, OBRAS CIVIS E BENF.	(298)	(19)	-	-	-	-	(317)
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	(142)	(15)	-	-	-	-	(157)
MÓVEIS E UTENSILIOS	(87)	(11)	-	-	-	-	(98)
VEICULOS	(70)	(2)	-	-	-	-	(72)
EDIF., OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	(81)	(1)	-	-	82	-	-
LICENÇAS DE SOFTWARE	(3)	(2)	-	(12)	-	-	(17)
LICENÇAS DE SOFTWARE	(11)	-	-	-	12	-	1
EDIF. OBRAS CIVIS E BENF. - SE RINCÃO	(117)	(39)	-	-	-	-	(156)
MAQUINAS E EQUIP. - LD 69KV	(576)	(192)	-	-	-	-	(768)
MAQUINAS E EQUIP. - SE IÇARA - BAY	(117)	(39)	-	-	-	-	(156)
MAQUINAS E EQUIP. - SE RINCÃO 69/13,	(758)	(253)	-	-	-	-	(1.011)
MÓVEIS E UTENS. - SE RINCÃO 69/13,8K	(1)	(1)	-	-	-	-	(2)
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	-	-	-	-	-	-	-
EQUIPAMENTOS (LOCALIZAÇÃO PERDA	-	(3)	-	-	-	-	(3)
EDIFICAÇÕES, OBRAS CIVIS E BENF.	-	(7)	-	(82)	-	-	(89)
	(15.825)	(2.100)	93	(1.458)	1.458	-	(17.832)

EM CURSO

	Saldo 2014	Entradas	Saídas	(-) Transf.	(+) Transf.	(+/-) Ajustes	Saldo 2015
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	45	13	-	-	-	-	58
MOVEIS E UTENSILIOS	50	1	-	-	-	-	51
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	28.228	4.788	(118)	-	-	-	32.898
VEICULOS	331	97	-	-	-	-	428
MÓVEIS E UTENSILIOS	3	1	-	-	-	-	4
MATERIAL EM DEPOSITO	654	3.700	(3.646)	-	-	-	708
COMPRAS EM ANDAMENTO	-	3.605	(3.605)	-	-	-	-
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	38	6	-	-	-	-	44
COMPRAS EM ANDAMENTO	-	3	(3)	-	-	-	-
INTANGIVEIS	40	6	-	-	-	-	46
MOVEIS E UTENSILIOS	15	1	-	-	-	-	16
MATERIAL EM DEPOSITO	-	46	(46)	-	-	-	-
EDIF,OBRAS CIVIS E BENFEITO	426	-	-	-	-	-	426
ESTUDOS E PROJETOS	148	-	-	-	-	-	148
(-) MAQUINAS E EQUIPAMENTO	(27.705)	-	(4.491)	-	-	-	(32.196)
(-) VEICULOS	(331)	-	(97)	-	-	-	(428)
(-) MÓVEIS E UTENSILIOS	(3)	-	(1)	-	-	-	(4)
(-) INTANGIVEIS	(28)	-	(6)	-	-	-	(34)
(-) MAQUINAS E EQUIPAMENTO	(45)	-	(13)	-	-	-	(58)
(-) MOVEIS E UTENSILIOS	(15)	-	(1)	-	-	-	(16)
(-) MAQUINAS E EQUIPAMENTO	(38)	-	(6)	-	-	-	(44)
(-) MOVEIS E UTENSILIOS	(50)	-	(1)	-	-	-	(51)
	1.763	12.267	(12.034)	-	-	-	1.996

AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

	Saldo 2014	Entradas	Realização	(-) Transf.	(+) Transf.	Ajustes	Saldo 2015
LICENÇAS DE SOFTWARE	3	-	-	-	6	-	9
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	8.382	-	(274)	(207)	2.927	-	10.828
VEICULOS	99	-	-	-	-	-	99
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	(2)	-	-	-	13	-	11
LICENÇAS DE SOFTWARE	(3)	-	-	(6)	-	-	(9)
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	(10.309)	-	(166)	(1.503)	202	-	(11.776)
VEICULOS	(96)	-	(2)	-	-	-	(98)
MOVEIS E UTENSILIOS	8	-	(1)	(5)	-	-	2
LICENÇAS SOFTWARE	97	-	-	-	-	-	97
TERRENOS	1.443	-	-	-	-	-	1.443
EDIFICACOES, OBRAS C. BENF.	1.951	-	-	-	-	-	1.951
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	171	-	-	-	-	-	171
VEICULOS	22	-	-	-	-	-	22
MOVEIS E UTENSILIOS	128	-	-	-	-	-	128
LICENÇAS DE SOFTWARE	(97)	-	-	-	-	-	(97)
EDIFICACOES, OBRAS CIVIS E BENF.	(1.423)	-	(65)	-	-	-	(1.488)
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	(156)	-	(2)	-	-	-	(158)
VEICULOS	(22)	-	-	-	-	-	(22)
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	(106)	-	(4)	-	-	-	(110)
LICENÇAS DE SOFTWARE	6	-	-	(6)	-	-	-
EDIFICAÇÕES, OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	(226)	-	-	-	226	-	-
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.720	-	-	(2.927)	207	-	-
MOVEIS E UTENSILIOS	13	-	-	(13)	-	-	-
LICENÇAS DE SOFTWARE	(6)	-	-	-	6	-	-
EDIFICAÇÕES, OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	81	-	1	(82)	-	-	-
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	(1.280)	-	(20)	(202)	1.503	-	1
MOVEIS E UTENSILIOS	(5)	-	-	-	5	-	-
TERRENOS	20	-	-	-	-	-	20
EDIFICAÇÕES, OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	(663)	-	-	(226)	-	-	(889)
EDIFICAÇÕES, OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	69	-	29	-	82	-	180
INTANGIVEL - SERVIDÕES PERM. - LD 69 KV	20	-	-	-	-	-	20
	839	-	(504)	(5.177)	5.177	-	335

Total imobilizado	40.932	14.444	(12.969)	(3.492)	3.492	-	42.404
--------------------------	---------------	---------------	-----------------	----------------	--------------	---	---------------

	R\$ (Mil)
Ativo Indenizável (Concessão)	29.741
Intangível	11.191
Total	40.932
Ativo imobilizado (Regulatório)	40.932

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado nas demonstrações contábeis pelos seguintes itens:

ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO)

A Administração da concessionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

INTANGIVEL

A Administração da concessionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

19.1 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como, as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

À partir de 14 de agosto de 2009, data da segunda Revisão Tarifária da cooperativa, estas obrigações estão sendo depreciadas.

A composição destas obrigações:

Participação Financeira do Consumidor	Custo Histórico	Depreciação e amortização acumulada	Legislação Societária	
			2015	2014
			Valor Líquido	Valor Líquido
Distribuição	336	(66)	270	282
Ajuste de avaliação patrimonial	139	(21)	118	124
Programa de Eficiência Energética	55	(7)	48	50
Pesquisa e Desenvolvimento	532	(38)	494	324
Participações e Doações	784	-)	784	312
TOTAL	1.846	(132)	1.714	1.092

20 FORNECEDORES

	Legislação societária	
	2015	2014
Energia elétrica – Celesc Distribuição S.A	14.424	11.030
Materiais e serviços	1.551	1.723
TOTAL	15.975	12.753

21 FOLHA DE PAGAMENTO

	Legislação societária	
	2015	2014
Diretores	7	13
Empregados	180	163
Contribuição social	34	34
Pensões Judiciais descontadas	3	4
Sindicato	4	4
IRRF	43	36
Convênios/repasses descontados dos funcionários	45	28
TOTAL	316	282

22 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Legislação Societária	
	2015	2014
Circulante		
ICMS normal	90	-
ICMS parcelamentos	3.390	1.062
Imposto de renda	6	14
PIS a recolher	10	10
COFINS a recolher	47	44
ISS – Imposto Sobre Serviço	3	4
INSS empresa	82	73
INSS autônomos	1	6
FGTS	43	41
INSS prestadores de serviços	20	19
PIS	7	6
Contribuição social	1	2
Outros	5	(16)
TOTAL	3.705	1.265

23 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

CIRCULANTE

Instituição Financeira	Contrato	Garantias	Taxa juros	Vcto	Legislação Societária	
					2015	2014
Caixa Econômica Federal	606000101-41	3	1,80% am	30/07/2016	159	140
Sicred Coop. Crédito	B50331366-0	2	0,92% a.m	13/05/2018	400	-
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE	21.360	3	4,5% a.a	15/04/2020	181	182
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE (W2)	21.359	3 e 4	4,9% a.a + TJLP	15/04/2020	1.158	1.155
Banco Itaú	25506884-3	3	1,59% a.m	13/02/2015	-	245
Banco Safra	147002103308	2	1,55% a.m	02/05/2017	502	-
Banco Santander	0006990	2	1,55% a.m	29/12/2018	1.002	-
ACICRED Associação de Credito (W1)			1,60 % a.m		-	900
Caixa Econômica Federal (W1)			4,27 % a.m		-	59
Banco Itaú (W1)			1,95 % a.m			370
Banco Itaú (W1)			6,40 % a.m		370	143
Bradesco S/A (W1)		3	1,88 % a.m		-	890
Banco Safra (W1)		3	5,96 % a.m		-	1.640
Banco Santander (W1)		3	1,78 % a.m		-	750
TOTAL					3.772	6.474

NÃO CIRCULANTE

NÃO CIRCULANTE	Contrato	Garantias	Taxa juros	Vcto	Legislação Societária	
					2015	2014
Sicred Coop. Crédito	B50331366-0	2	0,92% a.m	13/05/2018	567	-
Banco Safra	147002103308	2	1,55% a.m	02/05/2017	1.613	-
Banco Santander	0006990	2	1,55% a.m	29/12/2018	627	-
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE	21360	3	4,5% a.a	15/04/2020	596	776
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE	21359	3 e 4	4,9% a.a + TJLP	15/04/2020	3.801	4.923
TOTAL					7.204	5.699

Garantias

- 1 – Caução
- 2 – Aval
- 3 – Alienação fiduciária
- 4 – Hipoteca
- W1 – Saldo negativo em contas correntes

W2 – Estão hipotecados a este financiamento os seguintes imóveis:

Imóvel	Hipoteca	Localização	M ²	Matricula
Terreno urbano	1º Grau	Içara	4.140	23.861
Terreno urbano	1º Grau	Içara	840	20.200
Terreno urbano	1º Grau	Içara	13.920	31.388
Terreno urbano	1º Grau	Içara	2.552	30.735
Terreno urbano	2º Grau	Içara	10.000	36.431

24 CREDORES DIVERSOS

	Legislação Societária	
	2015	2014
Consumidores	181	190
Créditos de ICMS	2.646	2.127
Recuperação Judicial	20	11
Outros créditos	207	190
TOTAL	3.054	2.518

25 CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CUSTOS DA PARCELA A

	Legislação Societária	
	2015	2014
CVA-Compra de Energia	-	82
Passivo Regulatório	1.376	2.909
Bandeiras tarifárias	1.006	
TOTAL	2.382	2.991

26 OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Legislação Societária	
	2015	2014
Tributos e contribuições sociais	192	140
Folha de pagamento	517	365
TOTAL	709	505

27 ENCARGOS DO CONSUMIDOR

	Legislação Societária	
	2015	2014
Quota da conta de desenvolvimento energético – CDE	1.036	80
Repasse à conta CCBRT – bandeiras	1.885	-
TOTAL	2.921	80

28 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

	Legislação Societária	
	2015	2014
Pesquisa e desenvolvimento – FNDCT	23	26
Pesquisa e desenvolvimento – MME	12	13
Pesq. e Desenv. Recursos em poder da empresa	514	522
Programa de Eficiência Energética	1.574	1.093
TOTAL	2.123	1.654

29 OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Legislação Societária	
	2015	2014
Encargos tarifários	48	48
Convênios	11	31
Taxa de fiscalização	7	8
Cosip	254	390
Outras	10	10
TOTAL	330	487

30 CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS SOBRE FATURAMENTO

A Lei nº 5.764/71, que regulamenta as sociedades cooperativas, estabelece a isenção da tributação do ato cooperativo resultando conseqüente na não tributação do PIS/COFINS, na venda de bens e serviços aos seus associados.

A contribuição para o PIS/COFINS ocorre na venda de bens a não associados, na proporção de 0,65% (zero sessenta e cinco pontos percentuais) para o PIS e de 3,00% (três pontos percentuais) para a COFINS.

A concessionária aplicou no exercício as disposições legais concernentes a tributação no que tange a operações com não associados.

31 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	Valor da Provisão		2015	Valor da Provisão		2014
	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
Fiscais	-		-	-		-
Cofins	-	1.064	-	-	1.064	-
Pis	-	231	-	-	231	-
Subtotal	-	1.295	-	-	1.295	-

Contingência	Valor da Provisão		2015	Valor da Provisão		2014
	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
Trabalhistas						
Ações	41	101	33	(129)	60	35
Subtotal	41	101	33	(129)	60	35
Regulatórias	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-
TOTAL	41	1.396	33	(129)	1.355	35

Fiscais

Com a edição da MP 1858/99, e Lei Complementar nº 70/91 todas as cooperativas passaram a ser tributadas inclusive sobre PIS e COFINS até então isenta conforme Lei nº 5.764/71. As cooperativas do estado junto com Federação das Cooperativas de Energia e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina (Fecoerusc) impetraram ação de inconstitucionalidade da MP, e nesta condição, o provisionamento foi efetuado até o advento da Instrução Normativa 358/2003 da Receita Federal.

Trabalhistas

Encontram-se em andamento reclamações cíveis e trabalhistas movidas contra a entidade, cujo montante das causas esboçados pela assessoria jurídica, aproxima-se de R\$ 1.128 mil.

Com base nas análises efetuadas pela assessoria jurídica da entidade, os riscos de perda dessas causas classificados como "Prováveis", chegam ao valor de R\$ 101 mil reais, dos quais foram realizados o registro contábil dessas contingências, conforme disposto na Resolução CFC Nº 1.180/09.

32 DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS

O resultado do exercício de 2015 foi negativo, não foram provisionados os fundos, de acordo com o Artigo 46º e 48º do Estatuto Social.

	Legislação societária	
	Percentual %	Valor
Ajustes de exercício anteriores		-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		291
Reversão Reserva Legal NBC T 10.8		1.269
Perdas líquidas do exercício		(1.560)
Total das sobras/perdas		0,00
Resultado com associados		(763)
Resultado com não associados		(797)
Resultado do exercício		(1.560)

Base para destinações legais e estatutárias		0,00
Fundo de reserva legal	10%	0,00
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	5%	0,00
Fundo de Exp. E Manutenção do Sistema de Distribuição	50%	0,00
Resultado com não associados destinado ao FATES	100%	0,00
Total das destinações estatutárias		0,00
Sobras à disposição da AGO		0,00

O resultado negativo de operações com terceiros e com associados são absorvidos pela reserva legal, conforme legislação vigente.

33 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

33.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 1.377, é constituído de quotas partes conforme artigo 14º do Estatuto Social, “O Capital Social da Cooperativa é representado por quotas – partes no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de quotas subscritas, mas nunca será inferior a 10.641,00 (dez mil seiscientos e quarenta e um reais).

	Legislação Societária	
	2015	2014
Capital Subscrito	1.417	1.386
(-) Capital a Integralizar	(40)	(38)
TOTAL	1.377	1.348

33.2 Reservas de capital

	Legislação Societária	
	2015	2014
Correção monetária complementar	873	873
TOTAL	873	873

33.3 Ajuste de avaliação patrimonial

	Legislação Societária	
	2015	2014
Ajuste de avaliação patrimonial	2.107	2.611
TOTAL	2.107	2.611

A movimentação da conta de ajuste de avaliação patrimonial ocorreu da seguinte forma:

Saldo Anterior	2.611
Bens baixados no período	213
Realização do AVP	291
Saldo Final	2.107

33.4 Reserva de sobras

	Legislação Societária	
	2015	2014
Reserva legal	7.063	8.332
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	42	126
Fundo de Exp. E Manutenção do Sistema de Distribuição	12.267	11.579
Reserva p/ Geração de Energia	1.148	1.148
Fundo de Expansão da Sede Social	371	371
Sobras à disposição da A.G.O	-	688
TOTAL	20.891	22.244

Conforme artigo 46 do Estatuto Social:

“A Cooperativa se obriga a constituir”: a) O Fundo de Reserva destinado a reparar perdas ou atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício. B) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e seus empregados, constituído de 5% (cinco por cento) das sobras líquidas do exercício. C) O fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, priorizando a universalização dos serviços em sua área de atuação, constituído de 50% das sobras líquidas verificadas no exercício.

A Lei nº 5.764/71, em seu art. 44, item II, define que as sobras apuradas no exercício, após constituídas as provisões dos fundos estatutários terão destinação definidas em Assembleia Geral. Nos últimos 13 anos a A.G.O determinou que as sobras fossem destinadas ao fundo de reserva legal, fundo de expansão e melhoria e capitalizadas. Caso a A.G.O defina a distribuição, entre os associados, das sobras apuradas no exercício, o estatuto social define assim a sua distribuição: **“Art. 51 – As sobras líquidas da Cooperaliança apuradas no exercício, serão rateadas entre os associados na direta proporção do usufruto dos serviços, salvo deliberação adversa da assembleia geral.”**

A Lei nº 5.764/71, em seu art. 89, define que os prejuízos verificados no decorrer do exercício serão cobertos com recursos provenientes do fundo de reserva e, se insuficiente este, mediante a rateio, entre os associados, na razão direta dos serviços usufruídos, ressalvada a opção prevista no parágrafo único do art.80.

34 RECEITA OPERACIONAL

34.1 Fornecimento energia elétrica

	Nº de consumidores		MWH		Legislação Societária	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Consumidores						
Residencial	30.263	29.941	52.068	55.279	18.070	12.355
Industrial	182	193	78.230	93.025	29.895	22.729
Comercial	2.241	2.145	23.860	24.345	9.365	6.162
Rural	2.612	2.560	10.873	12.958	2.758	1.933
Poder público	213	245	1.517	1.577	556	372
Iluminação pública	04	04	10.819	11.039	2.415	1.217
Serviço público	14	15	2.373	2.741	809	581
Consumo próprio	07	07	96	145	-	-
Renda não faturada	-	-	-	-	647	368
Provisão redução da tarifa – TUSD	-	-	-	-	119	210
(-) Ultrapassagem de demanda e reativos	-	-	-	-	(472)	(312)
TOTAL		35.110	179.836	201.109	64.162	45.615

34.2 Uso do sistema de distribuição

	Legislação Societária	
	2015	2014
Consumidores		
Residencial	16.521	12.799
Industrial	17.297	10.684
Consumidores Livres	-	28
Comercial	7.565	5.384
Rural	2.314	2.014
Poder público	506	376
Iluminação pública	2.263	1.718
Serviço público	499	369
Renda não faturada	-	249
TOTAL	46.965	33.621

34.3 Receita de construção

	Legislação Societária	
	2015	2014
Receita de construção	-	4.959
TOTAL	-	4.959

34.4 Arrendamentos e aluguéis

	Legislação Societária	
	2015	2014
Uso de redes compartilhado	-	605
TOTAL	-	605

34.5 Doações, contribuições e subvenções

	Legislação Societária	
	2015	2014
Doações, contribuições e subvenções	4.946	4.463
TOTAL	4.946	4.463

34.6 Serviço e outras receitas

	Legislação Societária	
	2015	2014
Serviços Taxados	278	214
Renda da prestação de serviços	-	100
Ganhos na Alienação de Bens e Direitos	-	880
Outras receitas	-	-
TOTAL	278	1.194

35 DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

35.1 Impostos

	Legislação Societária	
	2015	2014
ICMS	24.441	17.330
PIS-PASEP	118	87
COFINS	545	404
ISSQN	17	-
TOTAL	25.121	17.821

35.2 Encargos do Consumidor

	Legislação Societária	
	2015	2014
Quota p/ reserva global de reversão - RGR	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	348	326
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	12.295	549

Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	35
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	348	326
CVA – Compra de Energia	-	187
Taxa de fiscalização	87	-
Repasso à conta CCBRT - Bandeiras	8.151	-
TOTAL	21.229	1.423

36 ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

Suprimento	Quantidade MWH		Legislação Societária	
	2015	2014	2015	2014
Celesc Distribuição S/A	196.579	216.906	49.794	45.272

37 ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

TUSD	Legislação Societária	
	2015	2014
Celesc Distribuição S/A	4.263	3.113

38 DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas de Pessoal:

	Legislação Societária	
	2015	2014
Remunerações (incluídos diretores R\$ 310)	4.307	3.859
Encargos sociais	1.631	1.352
Auxílio alimentação	541	481
Convênio assistencial e outros benefícios	294	260
Roupas profissionais	31	28
Seguros	19	17
Auxílio Transporte	4	2
Capacitação e treinamento	47	42
Provisões	1.200	948
(-) Transferência para ordens em curso	(650)	(573)
TOTAL	7.424	6.416

Nas despesas com pessoal estão incluídas a remunerações dos diretores, membros do Conselho Fiscal e Delegados representantes junto a Fecoesuc.

39 RESULTADO FINANCEIRO

	Legislação Societária	
	2015	2014
Receitas financeiras	1.861	1.166
(-) Despesas financeiras	4.499	3.760
TOTAL	(2.638)	(2.594)

Receitas financeiras	Legislação Societária	
	2015	2014
Receitas de aplicações financeiras	8	1
Juros recebidos	51	43
Encargos financeiros sobre energia	975	821
Outras – Receitas financeiras	712	262
Variações monetárias – Ativos Regulatórios	115	39
TOTAL	1.861	1.166

Despesas financeiras	Legislação Societária	
	2015	2014
Despesas bancárias	1.140	1.294
Outras despesas	167	75
Juros ICMS	187	363
Multa indicadores de continuidade	5	30
Compensação medição de tensão e qualidade no atendimento Com.	3	6
Multas moratórias	1	8
Multas compensatórias	-	100
Juros Fornecedores	1.373	613
Juros sobre financiamentos	1.444	1.146
Despesas SELIC P&D e PEE	179	117
Variações monetárias – Passivos Regulatórios	-	8
TOTAL	4.499	3.760

40 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo das provisões para o Imposto de Renda e a contribuição social obedece ao disposto na Legislação Fiscal e na Lei nº 5.764/71, (sociedades cooperativas), que define a forma de tributação sobre operações com associados e com terceiros (não associados).

Operações	Legislação Societária	
	2015	2014
Associados	98.964	75.492
Não associados	17.387	14.965
TOTAL DA RECEITA	116.351	90.457

A Lei nº 5.764/71 isenta as operações com associados, portanto o imposto de renda foi calculado somente sobre as operações com terceiros na forma da legislação vigente, ou seja, a alíquota de 15% sobre a base de

cálculo, acrescido de adicional de 10% sobre o que exceder o limite de R\$ 20.000,00 mensais.
Contribuição Social – foi calculada a alíquota de 9% da base de cálculo sobre a receita com terceiros (não associados).
Portanto, como o resultado com terceiros (não associados) de 2015 foi negativo em R\$ (797), não temos provisão de Imposto de Renda e contribuição social.

41 PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Cooperativa Aliança não possui programa de participação nas sobras da empresa direcionada aos empregados.

42 PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A concessionária patrocina integralmente o plano de saúde da Unimed aos funcionários.
Os dependentes, pelo sistema de custo operacional, através de parceria com a Associação de Funcionários.
Possui convênio odontológico para atendimento de funcionários.
Também mantém contratado seguro de vida no agente financeiro Zurich Santander Brasil Seg. e Prev. S.A a todos os colaboradores.
Bolsa de estudo aos colaboradores custeando 50% das mensalidades englobando cursos regulares de extensão nível superior e profissionalizante e 75% para os profissionais que estão cursando o técnico em eletrotécnica.
Vale alimentação a todos os colaboradores em convênio com Federação das associações empresariais de SC - FACISC no valor de R\$ 484,00 (quatrocentos e oitenta e quatro reais).
Vale transporte aplicado de conformidade com as disposições previstas no acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria.
Convênio para saúde ocupacional e segurança do trabalho firmado com a empresa Ergo Medicinal.
Disponibilização de uniformes a todos os funcionários.

43 TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

A Cooperativa Aliança não efetuou transações com partes relacionadas, por não possuir controle acionário com empresas controladas. A citação efetuada no item investimentos refere-se a capital integralizado em órgão de classe do cooperativismo.

44 SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos Veículos	Data da Vigência	Importância Segurada
Frota	02/04/2015 a 02/04/16 11/12/2015 a 11/12/2015	1.412
Equipamentos	05/11/2015 a 05/11/2016	1.569
Prédios	06/03/2015 a 06/03/2016	2.500

45 UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA (*)

O decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2008, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica destinado ao atendimento de novas ligações ao meio rural – Programa Luz para Todos, sem ônus aos clientes. A concessionária não utilizou recursos deste programa, sustentados pelo fato de ter sua área de concessão universalizada.

46 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes que poderão causar impacto na posição patrimonial, financeira, no resultado e nas atividades são:

- Índice de reajuste tarifário IRT de agosto de 2016.

Jorge Rodrigues
Presidente em Exercício

Cleber Luiz Oliveira da Silva
Secretário

Daniel Zanolli Vieira
Contador CRC SC.030661/O-7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da COOPERATIVA ALIANÇA – COOPERALIANÇA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social, convoca os Senhores associados para comparecerem à ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA a realizar-se no dia **18 de março de 2016**, nas dependências do Ginásio de Esportes da Escola Estadual Salete Scotti dos Santos, sito na Rua Duque de Caxias, 147, Centro, nesta Cidade de Içara, SC – por não haver acomodações na sede social, às **17 horas**, em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus associados, às **18 horas**, em segunda convocação, com a presença de metade mais um (1) de seus associados, ou, às **19 horas**, em terceira e última, convocação, com a presença de no mínimo 10 (DEZ) associados para deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

- 1) Prestação de contas do Conselho de administração acompanhado de parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de 2015, compreendendo:
 - a) Relatório da Gestão;
 - b) Balanço Patrimonial;
 - c) Demonstrativo das sobras/perdas apuradas no exercício;
 - d) Parecer do Conselho Fiscal.
- 2) Destinação das sobras/perdas apuradas no exercício.
- 3) Eleição e posse dos componentes do Conselho Fiscal período 2016.
- 4) Fixação de Pró-labore e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados.
- 5) Plano de Investimentos para o exercício de 2016.
- 6) Plano de aplicação dos recursos do FATES.
- 7) Autorização para alienação/venda de uma fração de 1/9 (um nono) do seguinte bem do Ativo Imobilizado:
 - a) Um terreno urbano situado no lugar Três Ribeirões, neste Município e Comarca, sob a matrícula de nº 29.997, medindo 810m² identificado pelo Lote 08 da Quadra 982, com a existência no local de um prédio de alvenaria medindo 230,00m² em que a época foi adquirido em condomínio juntamente com outras 08 (oito) Cooperativas que também são coproprietárias conforme segue: a) Cooperativa Aliança – COOPERALIANÇA - IÇARA; b) Cooperativa Fumacense de Eletricidade – CERMOFUL; c) Cooperativa de Eletricidade Praia Grande - CEPRAG; d) Cooperativa Mista Sombrio - COOPERAMISOM; e) Cooperativa de Distribuição de Energia - CERSUL; f) Cooperativa de eletrificação Rural de Treviso - CERTREL; g) Cooperativa Pioneira de Eletrificação – COOPERA; h) Cooperativa de Eletrificação Lauro Muller - COOPERMILA; i) Cooperativa Energética Cocal – COOPERCOCAL.
- 8) Assuntos gerais.

Observações:

- a) Para efeito de Verificação de “quórum” a Cooperativa possui 35.663 associados.
- b) A Assembleia Geral Ordinária permanecerá em aberto e se prolongará até dia **19 de março de 2016**, (sábado), quando serão apurados os resultados da votação e empossados os eleitos.
- c) As eleições constantes no item 03, deste edital, terão início às 08:00 horas do dia 19 de março de 2016 e se encerrarão às 17:00 horas do mesmo dia.
- d) A votação será realizada nas dependências da Escola Estadual Salete Scotti dos Santos, sito à Rua

Duque de Caxias, 147, Içara – Centro, onde votarão todos os associados aptos ao exercício do voto.

- e) Os interessados em concorrer aos cargos eletivos para o Conselho Fiscal, deverão compor chapas e inscrevê-las junto à Secretaria Geral da Cooperaliança até as 18:00 horas do dia 08 de março de 2016.
- f) As chapas apresentadas deverão conter documentação prevista na resolução Nº 31 do CNC (Conselho Nacional de Cooperativismo) e expressa concordância de seus componentes.
- g) Os documentos a serem apreciados no item 01 da Ordem do Dia estarão disponíveis aos associados a partir do dia 08 de março de 2016, na sede Social e através da internet no site www.cooperalianca.com.br.
- h) Para exercer seu direito de voto, o associado deverá apresentar-se munido de documento que o identifique com fotografia e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto à Cooperativa.
- i) As pessoas jurídicas associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar contrato social original ou cópia autenticada para comprovação do representante legal.
- j) As entidades associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal.
- k) Débitos em atraso quitados em agentes arrecadadores no dia **18 de março de 2016** deverão ser comprovados com apresentação da nota fiscal de fornecimento de energia elétrica à secretaria **da assembleia/eleição**.
- l) Débitos em atraso quitados em agentes arrecadadores no dia **19 de março de 2016** não habilitam a exercer direito de voto.

Içara SC, 25 de fevereiro, de 2016.



JORGE RODRIGUES
Presidente em Exercício.